

# prevenção

BRASIL É UM DOS POUCOS PAÍSES QUE AINDA PERMITE O USO DO AMIANTO

## A ameaça invisível

**G**overno, organizações não-governamentais, pesquisadores, indústrias e revendedoras de produtos manufaturados não se entendem quando o assunto é o amianto. A maioria defende banir seu uso no Brasil, uma árdua tarefa que esbarra em grandes interesses político-econômicos. Do outro lado, com respaldo da legislação vigente sobre o tema, a indústria continua a fabricar produtos à base dessa fibra mineral comprovadamente cancerígena. De acordo com estimativa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), há no país cerca de 50 mil trabalhadores expostos ao amianto em atividade ou que passaram por indústrias que usam a fibra.

Abundante e barata, a fibra do amianto, ou asbesto, é utilizada na indústria da construção para produção de telhas, caixas d'água, chapas lisas usadas para forros, pisos e painéis de fechamento. Também servem como isolante térmico e acústico para indústria naval e automotiva, entre outras aplicações. Ao todo, este mineral fibroso é utilizado em mais de 3 mil produtos industriais. Proporcional a sua versatilidade é o risco que oferece à saúde. Trata-se de um reconhecido agente cancerígeno que ameaça todas as pessoas a ele expostas, principalmente os trabalhadores de indústrias que o utilizam como matéria-prima. Mas oferece risco ainda à população em geral, que não dispõe de informações sobre como manipular estes produtos ou é exposta a ele inadvertidamente.

Fátima Sueli, técnica da Coordenação de Prevenção e Vigilância (Conprev) do INCA, alerta que não existe exposição segura a qualquer tipo dessa fibra mineral: o branco (crisotila), o azul, o marrom ou o anfíbio. Este último, proibido desde 1991. Por exemplo, uma perfuração de uma telha composta por esse material expõe a pessoa que está furando à po-

“Os pobres são as maiores vítimas. Afinal, são os trabalhadores e os maiores consumidores de produtos com essa fibra”

**FERNANDA GIANNASI,**  
*engenheira civil, uma das fundadoras da Abrea*

eira de amianto. As fibras causam a inflamação das células dos alvéolos, evoluindo para uma série de doenças, todas incuráveis e progressivas. E são várias: câncer de pulmão, de laringe, no aparelho digestivo, mesotelioma de pleura e de peritônio (tumor muito agressivo e letal, que acomete os tecidos que revestem o tórax e o abdômen, respectivamente). Tem ainda a asbestose ou pulmão de pedra (que causa o endurecimento do pulmão), doenças pleurais, derrames e espessamentos pleurais e de diafragma.

A pesquisadora alerta: há ainda outros meios de contaminação. Para se ter uma idéia do risco, nas caixas d'água há um atrito normal da água com esse material, que desprende partículas que podem ser inaladas durante um procedimento de limpeza, ou mesmo ingeridas com a água potável distribuída a partir dessa caixa. Nesse caso, as fibras estão associadas ao câncer de estômago, por exemplo. Há ainda casos de contaminação indireta das mulheres que lavam as roupas dos homens que trabalham expostos à poeira de amianto. “Infelizmente ainda não há nenhum estudo sobre contaminação ambiental de asbesto”, lamenta.

O fato é que a melhor forma de prevenção é a substituição da fibra, mesmo que a legislação ainda

# CONTAMINAÇÃO POR AMIANTO



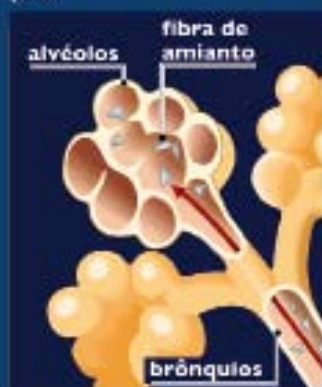
## 1 AMIANTO

O amianto é utilizado na fabricação de caixas d'água, telhas, tubos, adesivos e tintas, entre outros produtos.



## 2 FIBRAS DO AMIANTO

Além da aspiração, as fibras podem contaminar pela água e pelo contato direto com a pele.



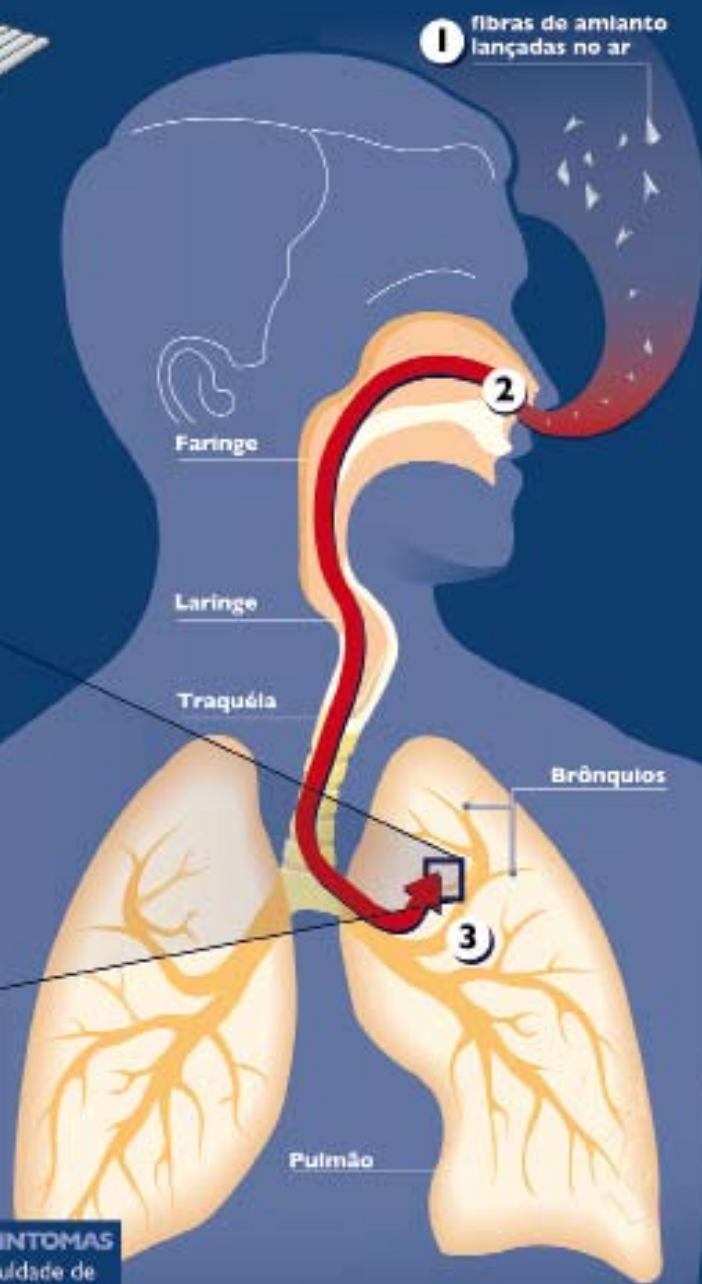
## 3 ALVÉOLOS

O risco de dano é maior com a fibra do tipo anfíbolio (rígida e pontiaguda) que se fixa nos alvéolos com maior facilidade à do tipo crisotila (maleável e curva).



## 4 SINTOMAS

Dificuldade de respirar e, em alguns casos, tosse contínua.



## PRINCIPAIS DOENÇAS

**Asbestose** - Reação inflamatória que forma de cicatrizes e impede a troca gasosa.

**Adenocarcinoma** - Tipo mais frequente de câncer de pulmão.

**Mesotelioma** - Câncer na membrana que envolve o pulmão, o abdômen e seus órgãos. Em geral, manifesta-se 30 a 40 anos após a exposição.

Áreas de espaçamento, derrames e placas na pleura.

## GRUPOS DE RISCO

Trabalhadores e comunidades vizinhas às indústrias que ainda utilizam essa matéria prima



## PREVENÇÃO

A melhor forma de prevenção é evitar os produtos com amianto, embora a legislação brasileira ainda permita o seu uso.

## A HISTÓRIA QUE SE REPETE

João Baptista Mume tem 78 anos. Em 1997, foi diretor de finanças da ABRAE e, hoje, é diretor do patrimônio da associação. Trabalhou com amianto por 32 dois anos, entre 1945 e 1977. Segundo ele, a empresa não oferecia equipamentos de proteção aos trabalhadores durante todo esse período. “Nunca alertaram sobre os males do amianto. Jamais deram laudo médico. Descobri a asbestose 18 anos após minha aposentadoria, em 1996, ao fazer uma tomografia computadorizada”, conta. Em 1998, ganhou na Justiça uma ação por indenização. Em 2000 e 2001, a sentença foi confirmada, mas a empresa recorreu novamente e o processo está parado há seis anos no Supremo Tribunal de Justiça. Ao todo, são 11 anos de briga judicial. Hoje, João mantém uma vida não-sedentária, praticando hidroginástica duas vezes por semana, mas ainda reclama de fortes dores nas pernas e tontura. “Perdi muitos amigos por causa do amianto e, por isso, vou continuar lutando”, promete.

## A LEGISLAÇÃO

Em 1991, o Ministério do Trabalho Brasileiro publicou a Portaria nº 1, que, entre outras determinações, proíbe o uso de amianto do tipo anfíbolio e de produtos que o contenham. Em 1995, foi votada a Lei Federal nº 9055 que disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do amianto. Apesar de ser uma lei que normaliza o uso, ainda permite uma concentração muito alta de fibras no ambiente. Em 2006, a Portaria nº 1.851 determinou que a indústria do amianto deveria informar anualmente ao SUS a lista de trabalhadores expostos a essa matéria prima, mas foi suspensa por liminar do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em agosto desse ano, uma outra liminar suspendeu os efeitos da Lei 12.684/07 que, desde 26 de julho deste ano, proibia o amianto no Estado de São Paulo. O relator do processo entendeu que a lei paulista, ao proibir indiscriminadamente todos os tipos de amianto, ficou em desacordo com a Lei Federal 9.055/95, que permite o uso, dentro de normas de segurança estabelecidas por lei.



Michal Napartowicz

**Não existe exposição segura à poeira do amianto.**

permita essa exposição em ambiente de trabalho. Posição também defendida pelo Ministério da Saúde que oficialmente classifica qualquer tipo de amianto como potencial cancerígeno, que deve ser proibido. Ainda no âmbito federal, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) publicou uma resolução que classifica os resíduos desse mineral como lixo perigoso. Com isso, telhas e outras sobras de construção civil que contenham o mineral só poderão ser depositados em aterro sanitário especial para evitar contaminação. A substituição do amianto por outros materiais, como fibras de vidro, lã de rocha, PVC, PVA, lã de vidro, alumínio, fibras de aramida, fibras de celulose, entre outras, é possível e viável. Poucos fabricantes já fizeram essa substituição. A caixa d'água, por exemplo, pode ser feita de fibra de vidro. “Não dá mais para insistir no uso de máscaras e luvas para manipular o amianto. A idéia de uso controlado é uma falácia. Quando o produto chega a uma obra qualquer ou ao consumidor final, perde-se o controle e a segurança”, afirma Fátima Sueli.

Através da Conprev, o INCA desenvolve todo um trabalho de conscientização e prevenção às doenças relacionadas ao amianto. “É nosso papel questionar e alertar sobre a urgência de mudar a legislação brasileira para proibir o uso do amianto”, explica. Mas, segundo ela, uma das maiores dificuldades no trato dos males do amianto é a invisibilidade das doenças, que só costumam manifestar-se anos depois, geralmente de 20 a 40 anos, e distante do local onde foram contraídas. Cabe à população se conscientizar que é preciso evitar esse tipo de produto, afinal o baixo custo e alta lucratividade faz com que a indústria insista na produção baseada na falta de uma legislação específica.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Expostos ao Amianto (Abrea), Eliezer João de Souza, o problema é agravado porque a legislação brasileira é muito permissiva. Desde 1995, essa organização

não-governamental reforça a luta pelo banimento do amianto. Após recente visita à cidadezinha de Minaçu, no norte de Goiás, onde opera a maior mina de amianto do país, o representante da Abrea garante não haver na região nenhum controle ou segurança na exploração do amianto. “Quem não está doente vai adoecer, se não for tomada alguma providência. O problema é que o governo é conivente com essa situação”, acusa.

A engenheira civil Fernanda Giannasi, uma das fundadoras da Abrea, complementa: “a mineradora responsável pela exploração em Minaçu, faz de tudo para desacreditar o trabalho de conscientização e mobilização da Abrea, associando-o à falta de emprego. Desse modo, eles têm garantido a quase subserviência da comunidade”. Há 20 anos nessa luta, Giannasi é a coordenadora da Rede Virtual Cidadã pelo Banimento do Amianto para a América Latina que, desde 1994, promove a troca de experiências e de informações com voluntários de todo o mundo.

A exploração e produção da crisotila só é possível, hoje, no Brasil, Rússia e China. Em todo o mundo, quarenta e oito nações, incluindo toda a União Europeia, Japão e Austrália, além de nossos vizinhos Chile, Argentina e Uruguai, proibiram. Na França, por exemplo, que banuiu o uso há mais de uma década, ainda morrem três pessoas por ano vítimas do amianto.

Aqui, mais de vinte municípios paulistas e cinco estados - São Paulo, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul - proibiram o uso do amianto em obras públicas. Mas em todos eles ainda se extrai o mineral. Além disso, as empresas que fabricam manufaturados continuam a produzir com amianto graças a uma liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ainda no Legistaltivo, há ainda 65 projetos tramitando em assembléias legislativas de 12 estados estabelecendo que seja proibido o uso do amianto. No Congresso, outros dez projetos semelhantes foram reunidos ao proposto pelo deputado Fernando Gabeira, que defende o banimento do mineral.

O coordenador do Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Ensp/Fiocruz, Hermano Castro, acrescenta que é necessário discutir ainda outras questões, como a transferência de risco. Países como a Argentina, Chile e Peru já proibiram o uso, a comercialização e manipulação de amianto em território nacional, mas continuam produzindo para exportação.

A Fiocruz tem desenvolvido estudos que já apontam o crescimento no número de vítimas. Nos últimos 15 anos foram mais de 2.000 vítimas de mesotelioma, por exemplo. Mas o trabalho ainda fica concentrado às capitais, onde é melhor o acesso e registro no SUS.



Divulgação

Maria Júlia de Aquino, do IBC: produtores financiam pesquisa.

## O OUTRO LADO

*Em 2005, o governo Federal instituiu uma comissão interministerial, composta por sete ministérios, para rever o uso do amianto. Inicialmente, havia um consenso entre os integrantes da comissão pelo banimento. Mas, após visita às minas e às fábricas do fibrocimento e de fibras alternativas, parte da comissão se posicionou pelo banimento (AMA, MS e MPS) e a outra pela uso controlado (Minas Energia, Indústria e Comércio e Casa Civil). A presidente executiva do Instituto Brasileiro de Crisotila, Marina Júlia de Aquino, alega que as fibras alternativas ainda não substituem completamente o amianto e, além disso, os fabricantes do amianto mantêm o controle ocupacional. “Falta controle ambiental. Moradores próximos ou que moram sob telhado de fibrocimento devem ser investigados”, argumenta. Para reforçar o argumento e a defesa, Nesse sentido, está em andamento um estudo sobre a possível contaminação do amianto em moradores que residem em casas com telhas de amianto, nas principais capitais brasileiras. Sob a coordenação da USP e com parceiros como a UNICESP e UNICAMP e demais Universidades Federais de São Paulo, Goiânia, Rio de Janeiro, Bahia, Salvador e Recife, são avaliados moradores que residem sobre casas de telhas de fibrocimento, sem forro, há, no mínimo 15 anos. O resultado parcial da pesquisa deve sair em março de 2008 e a previsão de conclusão é março de 2009. Detalhe: o estudo é patrocinado pelo governo de Goiás, onde fica a mina de amianto, e pelo Instituto Crisotila, que reúne os representantes do setor. ■*